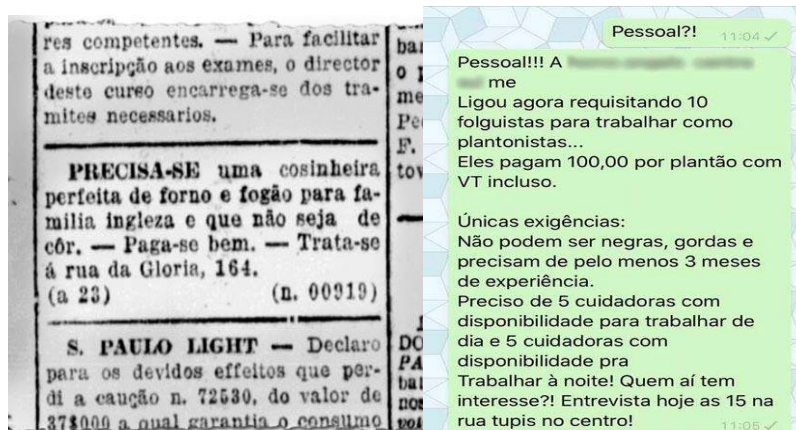


Colorismo e branquitude

Olá, professores/as! Certamente, vocês já escutaram expressões como moreno/a (claro ou escuro, cabo verde), cor do pecado, chocolate, café com leite, dentre tantas outras nomenclaturas para se referir à cor da pele, não é mesmo? Neste capítulo, vamos pensar as estratégias de embranquecimento da população negra secularmente utilizadas por uma elite dominante branca brasileira.

Quando os portugueses subjugaram os africanos, implementando uma política de dominação territorial e sexual, as negras foram estupradas e condenadas a deitar com o senhor de escravos ou ainda induzidas a acreditar que essa era a melhor saída para o apagamento das negativas atribuídas à sua cor. Incentivou-se, assim, o processo de embranquecimento e de branqueamento, estratégias perversas de manutenção hegemônica da elite branca. Segundo Maria Aparecida Bento (2002), essas estratégias referem-se ao processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro; aquele, como traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias de branqueamento, ambos funcionam como potencializadores do racismo no Brasil. Assim, o branco (ainda) é entendido como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos, que são encarados como menos humanos – grupos negros e indígenas. Teoricamente, o negro, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para “diluir” suas características raciais.



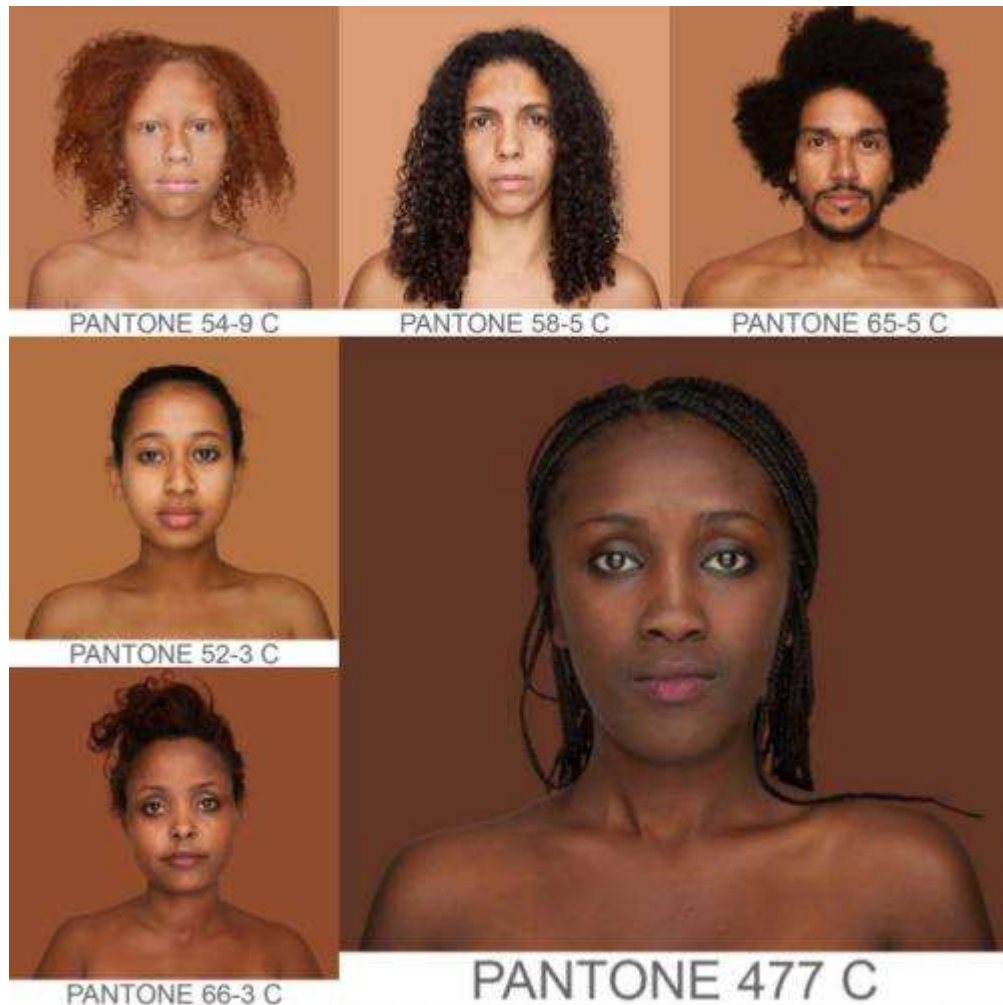
O racismo ontem e hoje: anúncio de emprego para cozinheira em São Paulo em 1924 e para cuidadora de idosos em Belo Horizonte em 2019 (imagens: Biblioteca Nacional Digital e reprodução) Fonte: Agência Senado. 22 jun.2020. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em: 14 set. 2020.

Desse modo, deu-se o estímulo às sucessivas relações interracialis seguiu o projeto social brasileiro de embranquecimento da sociedade, a ideia de diluir a negritude com um branco para que a próxima geração, filhos deles, fosse menos negra (tendência também esperada para os futuros membros da família). Todo esse processo estava baseado (e ainda se baseia) no silenciamento e na distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou (e ocupa), de fato, nas relações raciais brasileiras. A identidade nacional brasileira e a hierarquização de gênero e raça foram forjadas no estupro colonial promovido pelos senhores brancos, o qual rejeita, erotiza e romantiza a barbárie sexual. De um lado, silencia-se a mulher e conta-se a história a partir do homem; por outro, silenciam-se as classes dominadas pelo discurso das dominantes. Ainda no pós-abolição, as mulheres negras não galgaram mobilidade social, permanecendo no limbo colonial. Assim, as ofertas de emprego giravam em torno dos mesmos trabalhos coloniais, os quais, geralmente, autorizavam o patrão branco ao estupro dos corpos da mulher negra (mucama, dama de companhia, ama-de-leite, empregada doméstica, prostituta – o que a estereotipação de “boa de cama” proporcionava) e o país alimentava a política de imigração europeia para embranquecer a nação. A ideia, que contrariava o perfil de mulher para casar, fez com que as mulheres negras se situassem em um contexto de solidão e constante abuso de seus corpos, uma vez que não eram o perfil de mulher escolhido por homens brancos para constituírem suas famílias. A concepção racista e segregacionista foi normalizada nas ações cotidianas do brasileiro e o discurso de branqueamento da população arraigado como a “salvação” da sociedade brasileira.

O Brasil inseriu a categoria mulato/a, para designar quem é originário do branco e do negro, tal nomenclatura traz a questão das identidades cromáticas tão ratificadas no país para destituir o negro e instituir cores que fujam (ou clareiem) a raça. Assim, fragmenta-se a identidade e acaba por enfraquecer política e ideologicamente o grupo – as de tez mais escuras são menos valorizadas; quando clareadas, tornam-se objetos sexuais. As imagens construídas acerca das mulheres “de cor” (numa perspectiva colorista) constituíram forma de violência, de exploração sexual ou da força de trabalho. A concepção colorista é muito comum em países que sofreram processos de escravização e reforça a ideia de que a pigmentação da pele é determinante para processos de exclusão e discriminação. Para Aline Djokic (2015), no colorismo, a tonalidade da pele é decisiva para estabelecer o tratamento

social que o sujeito receberá. Se no racismo, a identificação da pessoa é pela raça; no colorismo ou pigmentocracia, a orientação é pela cor da pele da pessoa.



Fotografia: Angela Dass. Projeto: “Humanæ”.

Ainda que a imagem do Brasil no exterior seja de pessoas predominantemente negras, há uma tentativa de esconder ou negar a ascendência negra através de diversos artifícios, atribuindo designações como morena (clara e escura), mulata, chocolate, café com leite, canela e outras, assim, passam a ser produto exportável para quem busca o “exótico”. Além da cor da pele, o Brasil se orienta também por traços fenotípicos, como o formato do nariz e o tipo de cabelo, para barrar o acesso de pessoas aos seus direitos. Assim, quanto mais clara for a tonalidade da pele, ainda que a pessoa seja identificada como negra, é tolerável aceitá-la em situações sociais. Como bem aponta Aline Djockic (2015), isso sinaliza para o fato de a branquitude garantir a sobrevivência de pessoas negras, para tanto, elas acabam buscando uma aproximação com o padrão branco, através de alisamento de cabelo, por exemplo. Para Cláudia Cardoso (2012):

O legado do colonialismo continua a movimentar as engrenagens dos novos modelos econômico e político, a disseminar normas de controle social com incidência, fundamentalmente, sobre os corpos racialmente inferiorizados, principalmente, as mulheres, mas seus efeitos também são perceptíveis em nossas mentes, revelando-se, muitas vezes, em nossas produções teóricas e ações políticas.

Sabe-se que o poder se constrói a partir de matrizes de dominação e exploração, constituindo uma estrutura de controle poderosa, de modo que consiga manter uma hierarquização e a estagnação social. Para tanto, foi normalizada a ideia de que havia uma inferiorização intrínseca ao dominado, ao qual era destinado o lugar que o dominante considerasse adequado, é o natural para eles, tendo em vista que não são vítimas do sistema, mas são menos capazes intelectualmente ou não possuem alma ou precisam passar por todo sofrimento para evoluírem... Na visão eurocêntrica, que desembarcou no Brasil junto às naus, o europeu/branco/colonizador/dominador/desenvolvido se opunha ao primitivo/não europeu/ dominado/inferior, a partir dessas categorizações, foram estabelecidos os locais sociais destinados a cada grupo, privilegiando os brancos.

Referências:[1]

BENTO, Maria Aparecida; “Branqueamento e Branquitude no Brasil”. In: CARONE, Iracy & BENTO, Maria Aparecida (Orgs.); *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*; Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARDOSO, Claudia Pons. *Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PPGNEIM 2012. (Cap.III parte I – Descolonizando o feminismo: p.88-111).

DJOCKIC, Aline. *Colorismo: o que é e como funciona*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/> Acesso em: 14 set. 2020.

Colocando em prática:

1. Qual o objetivo da discussão sobre colorismo e branquitude com os/as estudantes?

O objetivo deste capítulo é discutir como foram forjados os processos de embranquecimento, de branqueamento e do colorismo no Brasil, a fim de ratificar os mecanismos do racismo. Dessa maneira, intenta-se que o professor reflita tanto em sua

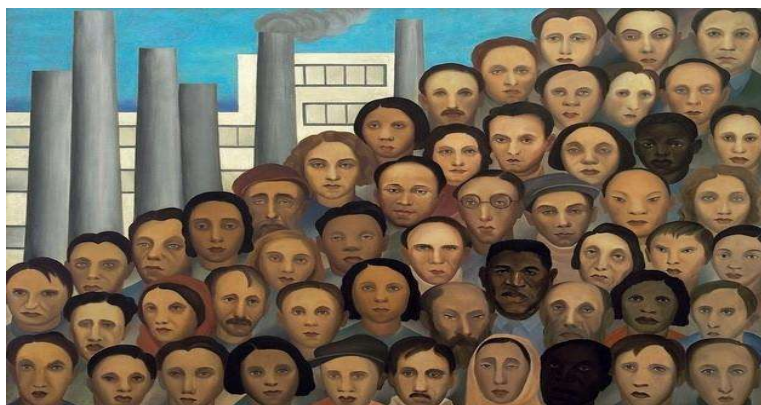
condição racial, em sua autoclassificação de cor/raça, bem como propicie aos estudantes essa reflexão.

2. Flo trazer essa discussão para sala de aula, o que se espera para os/as estudantes?

Ao discutirmos o processo de embranquecimento da população brasileira e de como o colorismo está presente nas relações sociais, é importante explorar como o colorismo impregna ideias e atitudes em nosso cotidiano. Espera-se que o/a estudante negro/a reflita sobre os contextos nos quais precisou embranquecer para ser aceito/a socialmente, o/a estudante branco/o reflita sobre o seu local de privilégio e como todos/as podem subverter as bases opressoras e perversas do racismo.

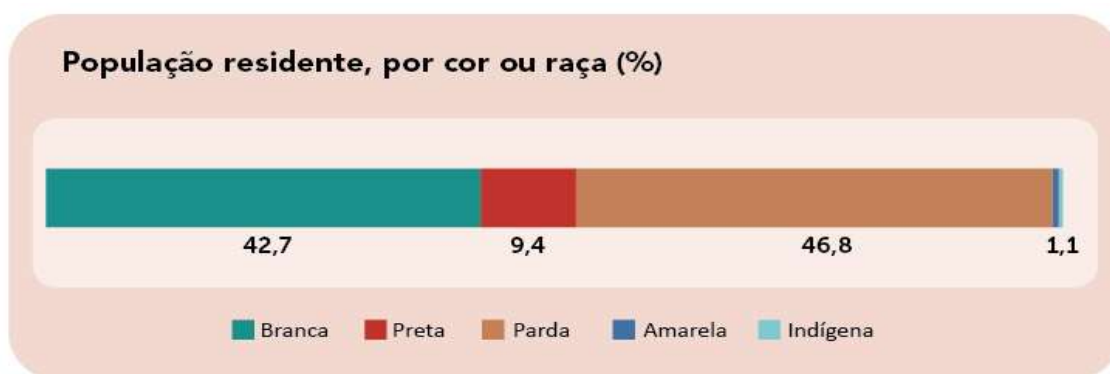
3. Como trabalhar esse tema com os/as estudantes?

Antes de discutir sobre o tema, peça para que os/as estudantes identifiquem a/as cor/es e raças das pessoas representadas na tela *Operários* (1933), de Tarsila do Amaral. Esse exercício possibilitará uma percepção acerca de como teorias embranquecedoras são fortemente difundidas no Brasil.



Fonte: <https://cdn.culturagenial.com/imagens/sotsilogiya-cke.jpg>. Acesso em: 14 set. 2020.

Trabalhar o tema partindo dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também é uma estratégia que possibilita ao estudante visualizar, de certa forma, as matrizes coloristas no Brasil, especialmente pela designação pardo, que traz um sujeito que eufemiza a sua condição de negro, que se deseja “camuflar” no Brasil. O IBGE propõe o censo baseado na autodeclaração ou autoclassificação, o que significa que as pessoas são perguntadas sobre a sua cor e deve responder a partir das seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Atente para os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2019: 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Fonte: IBGE Educa Jovens. Conheça o Brasil – População. Cor ou raça. s/d. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso 14 set. 2020.

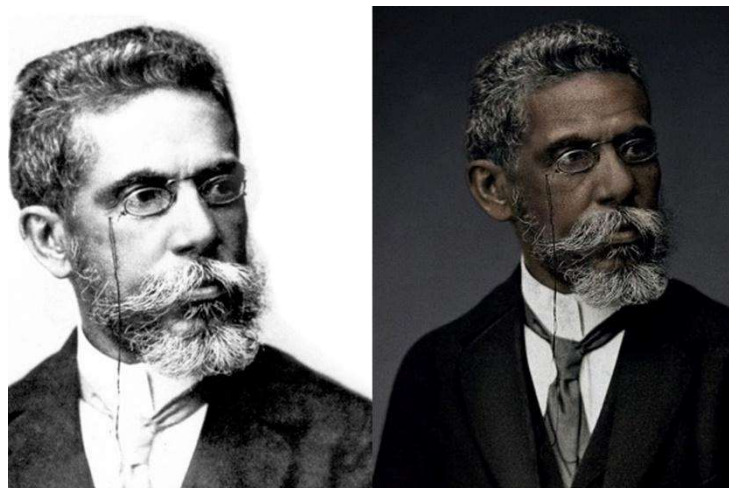
Essas designações surgiram a partir de 1991, pois, anteriormente, a classificação se dava por cor ou raça divididas nas categorias: branco, pardo, preto e caboclo. Atualmente, a grande discussão é em torno da categoria pardo, uma vez que não deveria constituir classificação de cor nem raça, pois apenas reforça aspectos coloristas do Brasil. Este é um ponto de diálogo interessante com os/as estudantes, refletindo acerca do porquê de a população brasileira se identificar mais com essa categoria.

4. Pensando vocábulos:

Professor/a, reflita com seus/suas estudantes o uso de nomenclaturas “embranquecedoras” e coloristas: moreno/a, moreno/a claro/a, moreno/a escuro/a, moreno/a cabo verde, mulato/a, chocolate, azulado/a, café com leite, amanteigado, dentre tantas outras designações para não se declarar negro/a.

5. Você sabia?

Grandes personalidades, das mais diversas áreas do conhecimento, passaram por esse processo de embranquecimento. No Brasil, o célebre escritor de Dom Casmurro (1900) e Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881), Machado de Assis (1839-1908), e na França, o magnífico escritor de Os três mosqueteiros e O Conde de Monte Cristo, Alexandre Dumas.



À esquerda, a imagem disseminada nas obras de Machado de Assis e em livros didáticos sobre o autor. À direita, a errata proposta pela Faculdade Zumbi dos Palmares, cuja campanha é intitulada “Machado de Assis real”. Imagem disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/machado-de-assis-real-campanha-quer-corrigir-branqueamento-do-escritor/>. Acesso em: 21 set.2020

Em 2011, a figura de Machado de Assis foi novamente alvo do colorismo. A Caixa Econômica Federal lançou uma campanha publicitária criada em homenagem aos 150 anos da instituição na qual o escritor Machado de Assis era interpretado por um ator branco. A peça publicitária foi alvo de críticas na internet e de uma queixa formal em setembro daquele ano junto à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR). O banco foi obrigado a suspender a sua veiculação em seguida (G1, 2011). Confira a campanha no link: <https://www.youtube.com/watch?v=10P8fZ5I1Wk> (Acesso em: 22 set. 2020).

Referências:

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES. *Campanha Machado de Assis real*. s/d. Disponível em: <http://www.zumbidospalmares.edu.br/campanha-machado-de-assis-real/>. Acesso em: 22 set. 2020

VEJA [online]. *Machado de Assis Real: campanha quer corrigir branqueamento do escritor*. 2 maio 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/machado-de-assis-real-campanha-quer-corrigir-branqueamento-do-escritor/>. Acesso em: 21 set.2020

G1 [online]. *Caixa tira do ar propaganda que mostra Machado de Assis branco*. 21 set. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/09/caixa-tira-do-ar-progaganda-que-mostra-machado-de-assis-branco.html>. Acesso em: 22 set. 2020

H, Zanini. *CEF – Machado de Assis ficou branco*. s/d. Propaganda da Caixa Econômica Federal onde o escritor Machado de Assis é retratado como um homem branco). Duração:

1'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=10P8fZ5I1Wk>. Acesso em: 22 set. 2020.

6. Sugestões de leituras:

BENTO, Maria Aparecida; “Branqueamento e Branquitude no Brasil”. In: CARONE, Iracy & BENTO, Maria Aparecida (Orgs.); Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil; Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERTH, Joice. Embranquecimento e Colorismo: estratégias históricas e institucionais do racismo brasileiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/embranquecimento-e-colorismo-estrategias-historicas-e-institucionais-do-racismo-brasileiro/>. Acesso em: 10 set. 2020.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Estudos e Análises. Informação demográfica e socioeconômica. n.2. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 204p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj4xNqvz_zrAhX_JrkGHQ9dAVEQFjADegQIAhAB&url=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Flivros%2Fliv63405.pdf&usg=AOvVaw1g4Mke6yMBME1X5FAKP0gV. Acesso em: 22 set. 2020

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Ana Célia da. Ideologia do embranquecimento. Identidade negra e educação. Salvador-BA: Ianamá, 1989.

SILVA, Ana Célia da. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria. (org.). Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. p.87-101. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5>. Acesso em: 28 set. 2020.

7. Sugestões de vídeos:[2]

O documentário Too black for Brazil, produzido pelo jornal inglês The Guardian, cuja tradução é “Negra demais para o Brasil”, trata do caso de Nayara Justino, selecionada para Globeleza 2013, que foi substituída por Érika Moura, cuja tez era mais clara, após sofrer ataques racistas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S0ODz9aIQ_k. Acesso em: 10 set. 2020.

Professor/a, após assistir ao vídeo, aproveite para ler o texto de Stephanie Ribeiro e Djamila Ribeiro que tratam da temática da Globeleza, disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulata-globeleza-um-manifesto/>. Acesso em: 10 set. 2020.

8. Tá na rede

Perfil @flordospalmares no Instagram

<https://www.instagram.com/flordospalmares/>